

## **AVENIDA GOIÁS: UMA TRAJETÓRIA DO MONUMENTO INTENCIONAL AO MONUMENTO HISTÓRICO**

Irina Alencar de Oliveira<sup>1</sup> (irinaoliveira@gmail.com)

### **Resumo:**

Esta pesquisa trata da observação das influências do discurso político construído por Pedro Ludovico Teixeira para enfrentar a campanha antimudancista pela qual seu recente governo passava, ao propor a transferência da capital do estado. São verificados reflexos desse discurso no Plano Urbano desenvolvido por Attilio Corrêa Lima para a cidade e nos relatos dos pioneiros, que contribuíram para a materialização do grande empreendimento político que se tornou Goiânia. Analisa-se a cidade de Goiás como representação da “velha” capital, com as oligarquias políticas que estavam no poder, e Goiânia como representação da “nova” capital”, símbolo das forças políticas vinculadas à figura de Ludovico. Como objeto de pesquisa, toma-se um dos trechos mais expressivos do projeto inicial, a Avenida Goiás, focalizando seus aspectos monumentais e pitorescos, assim como, as leituras do lugar, feitas por seus moradores ao longo do tempo. A partir dos fragmentos dessa busca por afirmação política, tal espaço urbano é analisado à luz do conceito de Monumento Intencional, definido por Alois Riegl como aquelas obras criadas para comemorar um momento histórico, perpetuando-o no futuro, pois Ludovico necessitava marcar no tempo, a ruptura com o passado que representava a transferência da capital. Segue-se, então, a trajetória do núcleo inicial da cidade até as primeiras iniciativas de preservação de edifícios pioneiros, após uma série de demolições ocorridas no fim da década de 1970, que desencadearam os processos de tombamento como patrimônio histórico, institucionalizando os exemplares eleitos como Monumentos Históricos.

**Palavras-chave:** Goiânia; Discurso político; Representação social; Monumento Intencional; Monumento Histórico.

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Projeto e Cidade da FAV - UFG.

## 1. INTRODUÇÃO

A análise dos fatos ocorridos durante o processo de transferência da capital de Goiás para Goiânia, na década de 1930, indicam o quanto a efervescência das questões políticas daquele momento impregnaram a história, tanto em nível regional, quanto nacional. A ruptura representada pela ascensão ao poder de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira, então interventor do estado, deixaria marcas profundas em Goiás. Nesse contexto, a construção da nova capital pode ser considerada o mais importante resultado desse processo.

Buscou-se estabelecer uma correlação entre dois elementos cruciais nesse ambiente. Primeiramente, a influência do discurso político elaborado para dar suporte à transferência da capital contra as pressões antimudancistas, então, enfrentadas pelo interventor, o qual subsidiou a elaboração do primeiro plano urbano para Goiânia, tomando-se como recorte espacial a Avenida Goiás. Em seguida, observa-se o discurso técnico-formal que acompanha esse empreendimento, repleto de elementos alusivos ao poder conferido a Ludovico, fundamentado nas ideias de progresso e modernidade. Como resultado, obteve-se um projeto de austera monumentalidade, “uma obra para a posteridade” (LUDOVICO apud SABINO JÚNIOR, 1980, p. 11).

A partir da ambientação histórica da transferência da capital, alguns pontos de reverberação desse discurso serão analisados, tanto no plano urbano de Atílio Corrêa Lima, quanto nos relatos dos pioneiros que ajudaram a construir Goiânia, focalizando-se nos vínculos de memória estabelecidos entre os habitantes e o lugar. Serão verificadas, também, as influências das representações sociais construídas para a “velha” e a “nova” capital nesse processo. Haverá, assim, a possibilidade de detectar as características que permitiriam identificar a cidade e a Avenida Goiás, em suas trajetórias históricas, com as noções de Monumento intencional e Monumento histórico, embasados pelas obras de Aloïs Riegl e Françoise Choay.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

Conforme a historiografia regional fartamente registra (e o próprio Pedro Ludovico cita em relatório ao Governo Provisório da União de 1933), a ideia da transferência da capital advém do século XVIII, através dos governadores Lino de Moraes e Couto Magalhães. Fundamentado pelo argumento da inadequação das condições físicas da cidade de Goiás, o interventor constrói um discurso repleto de intenções de ruptura com o passado e afirmação de um novo futuro<sup>2</sup>, ali representado pelo seu governo:

[...] uma capital acessível, que arradie progresso e marche na vanguarda, coordenando a vida política e estimulando a economia, ligada à maioria dos

---

<sup>2</sup> A arquiteta Celina Fernandes Almeida Manso apresenta um relato detalhado sobre esses fatos no capítulo 1 de seu livro, *Goiânia - Uma concepção urbana, moderna e contemporânea*.

Municípios por uma rede rodoviária planejada, é o órgão de que o Estado de Goiás necessita para reivindicar no seio da Federação o lugar de relêvo que os seus imensos recursos, as suas possibilidades infinitas já lhe teriam conquistado, sem dúvida, se a capital então retrogradante, incapaz de promover seu próprio desenvolvimento, não lhe tivesse estreitado os horizontes e embargado os impulsos de engrandecimento (LUDOVICO apud FERREIRA, 1970, p. 13).

A transferência da capital se torna, então, o objetivo maior da gestão de Ludovico, sendo publicamente anunciada, sob grande agitação, no Congresso de Prefeitos em Bonfim (FERREIRA, 1970, p. 34), ocorrido em junho de 1932. As repercussões da notícia, à época, transpareciam o conflito de interesses e as dificuldades a serem impostas pela oposição a este empreendimento, sobretudo, pela população vilaboense.

A sequência dos acontecimentos revela a construção e a divulgação de um incisivo discurso político do novo governo, afirmado em eventos como o Lançamento da Pedra Fundamental, em 24 de outubro de 1933, e a celebração do Batismo Cultural de Goiânia, em 05 de julho de 1942. Tais realizações indicam a articulação de uma campanha para consolidação dos ideais mudancistas do interventor. O primeiro evento representa o início simbólico da construção da cidade, sugerindo mais um ato de legitimação política, ocorrido menos de um mês após a contratação do urbanista Attilio Corrêa Lima para a elaboração dos projetos e execução das obras<sup>3</sup>, do que de efetiva ação. O último, pode ser compreendido como uma busca de reafirmação e reavivamento da memória nacional acerca do surgimento da nova capital de Goiás<sup>4</sup>, ainda que não transparecesse sua definitiva consolidação, como pregava Ludovico.

Parte do discurso apresentado na primeira data, carrega, ainda, um forte teor de ruptura, em razão do desafio em curso contra os antimudancistas:

A seleta assistência que me ouve não ignora que esta obra de grande vulto, cujo o início hoje se registra, é o pivô, o projeto grandioso de minha administração, a que dei todo o vigor do meu querer, toda a força do meu idealismo, rompendo com a tradição e com a rotina, todo o entusiasmo proveniente de uma idéia sadia e que, por si mesma, se impõe. (LUDOVICO apud CÂMARA, 1973, p. 243)

No segundo momento, o Batismo Cultural, Ludovico buscava reconhecimento pelo feito que representava a construção da nova capital de Goiás, persistindo em sua tônica de modernidade e progresso:

Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado.  
Inaugura-se hoje a jovem, capital de Goiás.  
Ao entregar à comunhão nacional a cidade cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro esplendoroso.  
[...]  
A Ele, BRASIL, entrego um grande ideal que se tornou uma grande realidade – GOIÂNIA. (LUDOVICO apud CÂMARA, 1973, p. 243)

Em dezembro de 1935, Pedro Ludovico muda-se para Goiânia, determinando o período de transferência provisória de parte das atividades do governo, sendo seguido pelos demais órgãos estatais gradativamente. O último obstáculo antimudancista a ser transposto foi a votação da lei autorizando a transferência definitiva pela assembleia, quando, segundo

<sup>3</sup> Acerca da data de início dos trabalhos por parte de Attilio Corrêa Lima, a arquiteta Anamaria Diniz, em sua Dissertação de Mestrado, apresenta indícios de que o urbanista tenha visitado a cidade de Campinas, ainda, em 1932, portanto, antes mesmo da escolha do sítio para a nova capital e do decreto de contratação da empresa que representava, datado de 28 de setembro de 1933 (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 261).

<sup>4</sup> O escritor Ubirajara Galli aprofunda a análise sobre os aspectos propandísticos deste evento em sua obra *A História do Batismo Cultural em Goiânia*, acompanhada de uma série de relatos sobre os acontecimentos daquele período.

Castro Costa (1985, p. 63), o processo de mudança esteve seriamente ameaçado. Entretanto, em março de 1937, um decreto, do já intitulado governador, torna Goiânia a nova capital de Goiás.

Paralelamente aos fatos políticos, a construção da cidade seguia, assistindo a períodos sucessivos de aceleração e desaceleração. De acordo com Chaul, as oportunidades latentes na região passaram a atrair uma grande contingente populacional para Campinas. Os primeiros funcionários públicos do estado começaram a se mudar a partir de 1935, ainda em precárias condições de alojamento. Através do relato desses precursores, vislumbra-se o reflexo do discurso político de Ludovico, potencializado pelo efeito da participação direta na construção da cidade<sup>5</sup>. Na introdução de seu livro, *Goiânia - A Saga dos Pioneiros*, a pioneira Armênia Pinto de Souza reforça essa hipótese:

Baseados na lembrança dos pioneiros, rememorados por quantos neles tomaram parte, esses fatos são a história viva dos primeiros tempos de Goiânia, são a descrição das lutas, das dificuldades e da perseverança daqueles que para aqui vieram, suportaram todos os percalços e cresceram com a cidade. (SOUZA, 1989, p. 09)

É possível verificar, também, nas declarações dos técnicos contratados para subsidiar a construção da capital, entre outras, o tom mudancista de Ludovico, como nas declarações do engenheiro Armando Augusto de Godoy:

Atribuo o pouco ponderável progresso do vosso Estado ao fato de nêle ainda não ter podido surgir um centro urbano com todos os elementos necessários à expansão e estímulo às múltiplas atividades que caracterizam a vida econômica e social de um povo. A necessidade disso se vem impondo há muito tempo, e vós outros, goianos ilustres, bem como vários homens importantes que visitaram Goiás, compreendestes que não se pode mais adiar a solução de tal problema, tão premente êle se apresenta. (GODOY apud FERREIRA, 1970, p. 15)

e do urbanista Attilio Corrêa Lima, em relatório entregue à Interventoria em 1934:

[...] observa-se um movimento excepcional pelas estradas que convergem para a cidade de Campinas, atual sede do município da nova capital, sintoma evidente de que as energias goianas não estão totalmente adormecidas pela mentalidade perniciosa da antiga aldeia dos bandeirantes. (LIMA apud FERREIRA, 1970, p. 26).

A pormenorizada ambientação histórica exposta objetiva ressaltar a profunda influência do discurso político de Pedro Ludovico Teixeira, ressaltando-se o conteúdo de ruptura com o passado, representado pela antiga capital, a cidade de Goiás. Em busca de justificativa e respaldo para sua campanha mudancista (e em consonância com o discurso

---

<sup>5</sup> Ressalva-se que os registros disponíveis e consultados espelham a realidade de um grupo social dominante, que corroborava claramente os interesses políticos governistas, não representando um olhar amplo sobre a sociedade local daquele tempo, ainda que os interesses econômicos daqueles que para cá se transfeririam pudessem contribuir, de alguma forma, para o sucesso da construção da cidade.

varguista e sua Marcha para o Oeste), focalizou-se nas questões da modernidade e de um futuro progressista, que se transfigurariam na construção de uma cidade a partir do nada<sup>6</sup>.

### **3. A VELHA E A NOVA CAPITAL COMO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

O pensador polonês Bronislaw Baczko, em suas discussões sobre Imaginário Social, aponta que o social se estabelece em uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos que permitem a comunicação entre os homens, a construção de uma identidade coletiva e de suas relações com as instituições políticas. Assim, a vida social seria “produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem” (BACZKO, 1985, p. 312-313).

Em consonância com Baczko, a filósofa Denise Jodelet caracteriza as representações sociais como uma “forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22). Podem, também, ser apreendidas como sistemas de interpretação que articulam as relações entre o indivíduo e os outros, orientando e organizando condutas e comunicações sociais, atuando em processos como difusão e assimilação de conhecimentos, expressão de grupos e transformações sociais.

Uma de suas manifestações é a representação mental, compreendida como aquela que “apresenta objeto, o substitui, toma seu lugar; torna-o presente quando ele está distante ou ausente” (idem, p. 23). Ao restituir simbolicamente esse objeto, guarda suas marcas e atividades, permitindo sua posterior reconstrução e interpretação, assim como, a compressão das intenções expressas por seus criadores.

Jodelet considera que as representações sociais “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais” (idem, p. 17). Por isso, sua apreensão se torna mais acessível, ao se observar tais mensagens e imagens, no caso da presente pesquisa, sobre um substrato um espacial, a cidade.

A autora afirma, ainda, que as representações sociais são apoiadas em valores variáveis, conforme os grupos sociais de onde tiram suas significações e sua cultura, podendo ligar-se “a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos” (idem, p. 21).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu acrescenta à discussão o fato de que tais representações não são neutras, nem reflexas ou puramente objetivas, pois implicam

---

<sup>6</sup> Ludovico rejeitou propostas para a mudança da capital para cidades já existentes, conforme interesses de sua própria base governista, que em grande parte se concentrava no sul do estado, região cuja economia foi dinamizada com a chegada da estrada de ferro. Um exemplo desse fato, seria a indicação da cidade de Bomfim (atual Silvânia), que foi considerada pela comissão que definiu o sítio de Campinas, como uma opção em “caso de urgência” (SABINO JÚNIOR, 1980, p. 33).

“atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder” (BOURDIEU apud PESAVENTO, 1995, p. 284).

Ao serem pensadas sobre o âmbito da cidade, e em especial sobre as cidades planejadas, as representações sociais tomam grande vulto. Para a historiadora Sandra Pesavento, com base nas distinções trazidas por Marcel Roncayolo entre produtores e consumidores do espaço, aqueles a quem chama de “profissionais da cidade” tem papel fundamental na produção de tais representações. Isso ocorre, pois “esses ‘produtores do espaço’ concebem uma maneira de construir e/ou transformar a cidade, através de práticas definidas, mas também constroem uma maneira de pensá-la, vivê-la ou sonhá-la” (PESAVENTO, 1995, p. 283).

Conforme visto anteriormente, através do conteúdo dos discursos políticos proferidos durante o governo de Ludovico, é possível compreender a cidade de Goiás e Goiânia como representações sociais. O antagonismo forçosamente estabelecido na construção das imagens da “velha” e da “nova” capital, transparece a busca pelo reforço da imagem do próprio governo, ainda em processo de consolidação política. A cidade de Goiás representaria o passado colonial e as antigas oligarquias familiares vilaboenses, com suas ruas estreitas, problemas e infraestrutura e dificuldades de acesso. Em contraposição, as vias amplas e arborizadas, as edificações modernas e a localização estratégica de Goiânia, simbolizariam os interesses da nova elite que ascendia ao poder, rompendo com as condições anteriores.

Jodelet completa que, no processo de formação das representações, interferem também as instâncias e as ligações institucionais, assim como, as redes de comunicação midiáticas ou informais. Geram-se, então, sistemas que “dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações” (JODELET, 2001, p. 21). A partir destas significações, seria possível observar as intenções dos indivíduos ou grupos que as criaram, permitindo uma melhor definição do objeto que representam e de uma visão consensual da realidade para essa comunidade, que pode ou não estar em conflito com a perspectiva de outros grupos. A forte influência do discurso de afirmação política de Pedro Ludovico no plano urbano de Attilio Corrêa Lima pode ser um exemplo dessas intenções, que, como já mencionado, não era consenso no estado.

Nesse contexto, a Comunicação tem papel fundamental como vetor da transmissão da linguagem e portadora de representações, pois “incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, pois engaja os processos de interação social, influência, consenso e dissenso e polêmica” (idem, p. 32). Através das trocas e interações, que contribuem para a instituição de um universo consensual, esse processo implica: a dispersão e a distorção das informações relativas ao objeto representado, que são desigualmente acessíveis segundo os grupos; a polarização das informações, de acordo com os interesses

predominantes, e a implicação dos sujeitos; além da pressão para agir, tomar posição ou obter o reconhecimento ou adesão de outros.

Os meios para alcançar essa “edificação das condutas” (idem, p. 32) são a *difusão*, através da formação de opiniões, a *propagação*, que está relacionada com as atitudes, e a *propaganda*, que se vincula aos estereótipos. Por isso, Ludovico utilizava todas as oportunidades possíveis para fazer seus discursos em defesa de Goiânia, assim como, outros instrumentos de divulgação de seus ideias políticos, como a revista Oeste<sup>7</sup>.

O objetivo principal era a ancoragem dessas representações sociais, ou seja, sua incorporação no social, enraizando-as em uma rede de significações que permitiria situá-las diante dos valores sociais e dar-lhes coerência. Fixando-se, também, na memória, seria possível sua “naturalização” (idem, p. 38), o meio para garantir-lhes o valor de realidade concreta diretamente legível e utilizável na ação sobre o mundo e os outros.

#### 4. O PLANO URBANO E SUA CONSTRUÇÃO

Na perspectiva da compreender de Goiânia como uma possível representação do poder político de Pedro Ludovico, será feita uma análise do plano urbano elaborado por Attilio Corrêa Lima e, posteriormente, alterado por Armando Augusto de Godoy e pelos irmãos Coimbra Bueno, quanto às ressonâncias de seu discurso político percebidas nos projetos e na construção da cidade.

Figura 01: Delimitação espacial do núcleo inicial de Goiânia, 2003



Fonte: IPHAN - Dossiê de tombamento

<sup>7</sup> Revista de publicação mensal com 23 números editados, que apresentava um variado conteúdo literário e ricos detalhes sobre a construção de Goiânia. Foi lançada por aliados políticos de Pedro Ludovico na ocasião do Batismo Cultural da cidade, em julho de 1942, e sua última edição data de dezembro de 1944 (FIGUEIREDO, 1983, p. 14).

A delimitação espacial corresponderá ao eixo central do traçado previsto por Corrêa Lima para o núcleo inicial da cidade, estabelecido entre a Estação Ferroviária e a Praça Cívica, conforme mapa acima (Figura 1), nomeada como Avenida Pedro Ludovico e, posteriormente, Avenida Goiás<sup>8</sup>, ressaltando seus aspectos de monumentalidade.

Descrita pelo urbanista Attilio Corrêa Lima como monumental e pitoresca, essa avenida-jardim de 1,8 Km de extensão foi concebida como eixo de simetria entre as três principais vias radiais no formato *patte d'oie* (pé de pato), limitando o crescimento do núcleo central ao sul. Após, a inclusão das zonas de expansão da cidade, como o Setor Sul, a essa forma adicionaram-se outros eixos, fazendo com que se transformasse em um “asterisco” (MELLO, 2006, p. 39), cujo ponto focal das vias estava no Centro Administrativo (atual Praça Cívica). Essa praça foi o local onde física e simbolicamente se lançou a “estaca zero do município de Goiânia, marco referencial, a partir do qual foram projetados os cinco setores originais” (MANSO, v. II, p. 14), destinado a abrigar os edifícios públicos administrativos municipais, estaduais e federais.

A monumentalidade e os aspectos pitorescos da Avenida Goiás são reforçados por sua “largura excepcional” (LIMA apud SABINO JÚNIOR, 1980, p. 204), tirando partido das perspectivas proporcionadas pela topografia, pelos monumentos localizados ao longo de sua extensão<sup>9</sup>, pelo alinhamento horizontal e pela altura fixa dos prédios no seu plano de fachadas, assim como, pelos jogos de proporção e escala entre os espaços vazios e os planos perpendiculares (DINIZ, 2007, p. 171). O paisagismo e seus previstos “45% de áreas ajardinadas e convenientemente arborizadas” (idem, p. 201), utilizado até a década de 1960, também apresenta grande contribuição, com o emprego da topiaria na poda das árvores do canteiro central, criando uma unidade compacta de vegetação. Sua destinação “para demonstrações cívicas” (idem, p. 201), para o “*footing*”<sup>10</sup> e para receber parte do centro comercial, no cruzamento com a Avenida Anhanguera (eixo de circulação mais intenso), também influem na percepção de seu caráter monumental.

---

<sup>8</sup> A alteração da nomenclatura ocorreu devido ao Decreto n. 657, de 26 de dezembro de 1935, pois Ludovico pretendia “homenagear a velha Capital”, dando seu nome à “principal avenida de Goiânia” em substituição ao seu próprio (MONTEIRO apud DINIZ, 2007, p. 127-128).

<sup>9</sup> Atualmente, Coreto, Relógio e estátua do Anhanguera, assim como, o Monumento às Três Raças localizado na Praça Cívica. Corrêa Lima previa a inserção de “um grande monumento, comemorativo da fundação do Estado e das grandes bandeiras” e, nos limites da Praça Cívica, de “um marco comemorativo da fundação da nova capital” (LIMA apud SABINO JÚNIOR, 1980, p. 204), nenhum deles efetivamente implantado.

<sup>10</sup> Também conhecido como “vai-e-vem”, era uma das formas mais usuais de apropriação da Avenida Goiás em suas primeiras décadas. Consistia em “passeios geralmente de jovens por certas partes da cidade, aos domingos, após o término da primeira sessão de cinema (por volta das dezoito horas) e ia até o início da noite, [...] em que o fim se confundia com o meio: não se caminhava para chegar a algum lugar, mas simplesmente por caminhar” (OLIVEIRA, 1999, p. 56-57). Trata-se de uma prática de origem francesa, em voga em muitas cidades que apresentavam espaços semelhantes aos *bulevares* parisienses, naquele momento. Em Goiânia, ela acontecia em vários pontos do núcleo central, como as avenidas Goiás e Anhanguera, a Praça Cívica e o Cine-teatro Goiânia, perdendo sua importância no fim dos anos 50, como reflexo do processo de crescimento acelerado na capital.

## 5. MONUMENTO INTENCIONAL

Aloïs Riegl<sup>11</sup> define que monumento, “no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo”, é “uma obra criada pela mão do homem com o propósito preciso de conservar, presente e viva, na consciência das gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos)” (RIEGL, 2006, p. 43). Etimologicamente, é um artefato com a capacidade de “fazer lembrar” às gerações futuras alguns fatos, ações, destinos, que integra uma “arte da memória” universal, encontrada em todas as culturas (CHOAY, 2006, p. 10).

Considerando a origem latina do termo, *monumentum*, que parte do verbo *monere* (advertir, lembrar à memória), assim como, sua raiz indo-européia *men*, ligada a uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*), Françoise Choay conceitua o termo na seguinte forma:

[...] todo o artefacto (túmulo, estela, poste; totem, construção, inscrição...) ou conjunto de artefactos deliberadamente concebidos e realizados por uma comunidade humana, sejam quais forem a natureza e as dimensões (da família à nação, do clã à tribo, da comunidade de crentes à da cidade...) no sentido de fazer lembrar à memória viva, orgânica e afectiva dos seus membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos: da sua identidade. (CHOAY, 2009, p. 16)

Apreende-se, então, que os monumentos caracterizam-se por sua função identificadora, através da materialidade, servindo como meio de “ancoragem das sociedades humanas no espaço natural e cultural e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza” (idem, p. 16). Trata-se de um “dispositivo memorial ‘intencional’”, cuja existência necessita de um vigilante e permanente diálogo para se manter e não cair no esquecimento, pois seu valor fundamental é o de rememoração.

Conforme suas origens filológicas, trata-se de “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LE GOFF, 1990, p. 535). Choay ressalta, também, a característica da produção (edificação) dos monumentos por uma determinada comunidade com o objetivo de rememorar ou perpetuar acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças na memória das gerações futuras, utilizando-se da afetividade como reforço de tal estratégia. A afetividade seria fundamental, por sua capacidade de fazer o passado “vibrar como se fosse o presente” (CHOAY, 2006, p. 18), possibilitando a preservação da identidade comunitária e garantindo a conservação de suas origens.

Choay, através de Quincy, esclarece a aplicação do conceito de monumento ao de monumentalidade, ao falar de arquitetura, designando o “edifício construído para eternizar a

---

<sup>11</sup> O autor apresenta fundamentos para análise dos monumentos e sua conservação, a partir de perspectivas determinadas por suas necessidades práticas. Assim, a construção dos conceitos de monumento histórico, intencional, não intencional e dos valores que acompanham cada um deles, por suas características primárias, fornecem uma perspectiva importante para a análise do objeto de pesquisa em questão. Ressalta-se a consideração das diferentes condições, escalas e contextos dos objetos de análise do próprio Riegl, em relação ao proposto.

lembrança de coisas memoráveis, ou concebido, erguido ou disposto de modo que se torne um fator de embelezamento e de magnificência nas cidades” (QUINCY apud CHOAY, 2006, p. 19). Seria possível, então, transpor esse raciocínio para a escala urbana, a exemplo do que Corrêa Lima propôs para a Avenida Goiás, considerada, hierarquicamente, a principal das três vias que formam o triângulo do núcleo central, a mais monumental, devido ao seu superdimensionamento, ao seu tratamento formal e paisagístico diferenciado, à localização de diversos monumentos ao longo de seu itinerário, funcionando como referenciais na malha urbana, além de sua destinação originária, voltada para o lazer, demonstrações e festas cívicas.

Riegl apresenta, ainda, o conceito de monumento intencional, como “obras destinadas, pela vontade de seus criadores, a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado” (RIEGL, 2006, p. 51), aqueles que, de forma objetiva, foram “elaborados para se lançarem ao futuro como portadores de uma mensagem, portanto atribuídos de valor simbólico no momento mesmo de sua fatura” (RIEGL apud CHOAY, 2006, p. 38). O teórico ressalta que, nesse caso, intenciona-se alcançar um “valor de rememoração intencional” (RIEGL, 2006, p. 85), no qual o monumento permanece “sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras”, buscando a “perenidade do estado original”, daí o recurso às restaurações.

Seria possível estabelecer uma analogia entre a construção de grandiosos monumentos e projetos de edifícios para “afirmar a nova identidade da França”, na busca pela afirmação do poder pelos “revolucionários de 1789” (CHOAY, 2006, p. 19), ou criação de cidades como Bagdá ou Karlsruhe, edificadas “de forma monolítica para celebrar um indivíduo” (idem, p. 181), com as intenções de Pedro Ludovico ao idealizar Goiânia. Tal condição pode ser observada no discurso de modernidade e progresso vinculado à nova capital e que permeia seu plano urbanístico. A monumentalidade, o simbolismo e o pitoresco da Avenida Goiás e de sua Praça Cívica são indícios da pretensão de forjar uma espécie de monumento intencional. A declaração de Zoroastro Artiga, transcrita abaixo, ilustra o exposto:

Acontece, porém, que que nenhum inconoclasta conseguirá empanar o brilho rutilante de uma aurora que raiou no céu do obscurantismo, para surgir um astro de máxima grandeza, que realizou, não uma obra perecível que os homens possam destruir, mas, um imperecível monumento, que deu lugar à realização de Brasília. Ninguém, jamais, conseguirá apagar o fulgor dessa obra, nem roubar, ao seu idealizador e realizador, os méritos que lhe são devidos. (ARTIAGA apud FERREIRA, 1970, p. 06)

As campanhas de divulgação de Goiânia país afora, promovidas pelo governo do estado, também reforçariam tal ideia. Elas contribuíram para arraigar o discurso mudancista no imaginário coletivo, através dos diversos incentivos para a vinda dos pioneiros e da possibilidade de participar da “construção do futuro”, uma constante nos relatos dos primeiros

moradores da cidade<sup>12</sup>. Assim, estariam atendidas as premissas para a criação de uma nova forma de vida moderna<sup>13</sup>, novas tradições, ainda que se mantendo parte das raízes locais. Buscava-se, por fim, projetar e construir para o estado, juntamente com os traços e tijolos que ergueram Goiânia, uma nova identidade local, ainda hoje não consolidada em plenitude<sup>14</sup>.

## 6. MONUMENTO HISTÓRICO

Para Riegl, o monumento histórico não é desejado desde o princípio e criado como tal, sendo “constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte” (RIEGL apud CHOAY, 2006, p. 25). Jacques Le Goff (1990, p. 535) corrobora a ideia, afirmando que aquilo que “sobrevive” não é o conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha tanto das forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quanto dos historiadores. Assim, apreende-se que, como heranças do passado, os monumentos que chegam aos dias atuais foram, de alguma forma, escolhidos para tal.

Partindo da delimitação de monumento intencional como aquele criado para comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado, ocorre um alargamento conceitual no caso do monumento histórico. Trata-se dos monumentos que “apresentam” um momento particular do passado, atribuído de forma subjetiva, o que os torna um “suporte opaco de valores históricos transitivos e contraditórios, de metas complexas e conflituais” (CHOAY, 2006, p. 15). Assim, longe de ser absoluta, essa concepção deve ser acompanhada de um contexto mental e de uma visão de mundo determinados, considerando-se que tal atribuição é dada no presente pelos sujeitos modernos que usufruem de tais monumentos.

Riegl fala, ainda, sobre os valores, destacando os valores de rememoração, nos quais se destacam o histórico e o intencional. Considera o primeiro mais abrangente, singular e insubstituível, uma testemunha do passado em sua integralidade, referindo-se a qualquer traço

---

<sup>12</sup> Às vésperas da realização do Batismo Cultural de Goiânia, em julho de 1942, a Academia Goiana de Letras institui um prêmio para a “melhor obra sobre a bonita e próspera capital do Estado mediterrâneo”, versando sobre a construção da cidade “no seu sentido ideológico, no que é e no que significa, dentro do tema da marcha para o oeste, vale dizer, como ponto de partida do movimento nacionalista da interiorização de nossas forças civilizadoras” (COSTA, 1985, p. 7). Iniciativas como essa poderiam ser compreendidas como meios de estímulo à apropriação da cidade pelos novos goianienses, estimulando a criação de vínculos e memórias afetivas por parte desses, que contribuiriam para a construção de Goiânia com as próprias mãos.

<sup>13</sup> Segundo Gustavo Neiva Coelho, em Goiânia deu-se uma ruptura sócio-cultural na forma de morar do goiano, que estava habituado às construções em série, em lotes muito estreitos e compridos, tão características das cidades coloniais. Com a modernidade cria-se uma “nova relação entre a arquitetura e o espaço urbano” (COELHO, 2000, p. 9), que se revela de forma intensa nas cidades planejadas no Brasil, à partir do século XX. “Essa nova forma de entender a arquitetura e sua relação com a parcela urbana leva a uma série de estudos e de novos procedimentos (...), provocando inclusive formas diferenciadas de visualização do espaço urbano, que passa a apresentar uma relação mais estreita com o habitante” (COELHO, 2000, p. 13). Isso fica mais claro ao estabelecer uma comparação com as edificações das cidades coloniais como a cidade de Goiás, em especial, as habitações seriadas, sem afastamentos e que apresentam aberturas apenas frontais e posteriores.

<sup>14</sup> Clarinda Aparecida da Silva discute a busca pela construção identitária goianiense em sua tese de Doutorado, *Goiânia(s): representações sociais e identidades*.

sobrevivente do passado. Assim, representa “tudo o que foi e, hoje, não é mais”, de modo que “o que foi não poderá jamais se reproduzir e constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento” (RIEGL, 2006, p. 44). O segundo valor está vinculado à criação do monumento e tem maior dependência da memória, pois sua perpetuação está vinculada à transmissão das lembranças daqueles que o construíram, de modo que, para sua perpetuação, deve ser convertido em valor histórico.

Neste ponto reside a vinculação da trajetória desenvolvida no presente artigo, entre um objeto criado como monumento intencional e transformando por parte de sua comunidade em monumento histórico. Conforme observado anteriormente, a Avenida Goiás, com seus elementos pitorescos e monumentais, pretendia marcar o tempo de seu nascimento, desde o projeto. A força de tal intenção impregnou sua existência e sua imaginário urbano, influenciando a forma como os indivíduos tem se apropriado de seus espaços ao longo do tempo, no âmbito material ou abstrato. Os eventos realizados em suas vias, como passeatas, desfiles e atividades culturais, são um exemplo do seu valor simbólico para parte da população.

Sob a perspectiva da degradação dos monumentos, Choay adverte sobre a exposição dos mesmos “a uma destruição deliberada, que pode tomar duas formas, positiva ou negativa” (CHOAY, 2009, p. 26). Alega que a chamada “destruição positiva” se refere ao momento em que “a comunidade a que diz respeito deixa cair ou faz demolir um monumento que perdeu, completamente ou parcialmente, o seu valor memorial e identificador” (idem, p. 16). Em Goiânia, um processo semelhante a esse pode ser observado, do fim da década de 1970 em diante, com o surgimento das primeiras iniciativas<sup>15</sup> para a preservação dos testemunhos materiais da construção da capital. A motivação para essas ações, possivelmente, partiram da reação à demolição de alguns edifícios, como a antiga sede do Jôquei Clube, a Santa Casa de Misericórdia e algumas residências pioneiras da Rua 20, todos no Centro da cidade. O grande crescimento populacional e urbano verificado em Goiânia a partir da década de 1970, também, dá indícios para compreender a desvinculação afetiva e o não reconhecimento identitário de parte desses novos habitantes com o espaço urbano pré-existente.

Como patrimônio histórico e tombado, os lugares expressivos da Avenida Goiás tornam-se um “objeto metafórico”, que intenciona ressuscitar “um passado privilegiado, mergulhando nele aqueles que o olham” (CHOAY, 2006, p. 22). Através da mediação da imagem de monumento, por meio de sua circulação e difusão nos meios de comunicação, são criados signos repletos de valores simbólicos, que pretendem consolidar tal imagem. A cidade, então, toma para si esse “papel memorial de monumento” de forma institucionalizada, na

---

<sup>15</sup> Data de 18 de outubro de 1982, o Despacho n. 1096, que garante o tombamento do Teatro Goiânia, assim como, outros prédios e monumentos da cidade. Os processos de tombamento em nível estadual e federal ocorrem, respectivamente, em 1998 e 2003.

incessante busca por consolidar o “duplo e maravilhoso poder de enraizar seus habitantes no espaço e no tempo” (idem, p. 181).

Considerando a afirmação de Barthes (2001, p. 226), para quem “os significados passam e os significantes ficam”, em Goiânia, podemos entender o significado original como a afirmação da força política de Pedro Ludovico, através do discurso modernizador e progressista, representado pelo plano na nova capital. Entretanto, o tempo esvaziou parte desses significados, mas seus significantes, o traçado urbano e sua força simbólica, assim como, a participação daqueles que contribuíram para sua construção, ainda permaneceram na memória dos goianos.

## REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: *Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: Ed. Cultura Goiana, 1973.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Goiânia: a capital do sertão*. Goiânia: Revista UFG / Junho 2009 / Ano XI nº 6.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *As questões do patrimônio*. Antologia para um combate. Tradução Luís F. Sarmiento. Lisboa: Edições 70, 2009.
- COELHO, Gustavo Neiva. *Art Déco: uma vertente da modernidade*. Goiânia: Ed. Vieira/Trilhas Urbanas, 2000.
- COSTA, Gerson de Castro. *Goiânia - A Metrópole do Oeste*. Goiânia: Prefeitura Municipal, Assessoria Municipal de Cultura, 1985.
- DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política*. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FERREIRA, Dilmar. *Goiânia e sua vida*. Goiânia: Ed. Cinco de Março, 1970.
- FIGUEIREDO, Paulo de. “Oeste”, Um Veículo de Estado Novo IN *Oeste*. Goiânia, Universidade Católica de Goiás – Caixa Econômica Federal, 1983.
- GALLI, Ubirajara. *A História do Batismo Cultural de Goiânia*. Goiânia: Ed. UCG, 2007.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia - Uma concepção urbana, moderna e contemporânea*. Goiânia: Prefeitura Municipal, 2001.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *As imagens e mudança cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.
- RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.
- SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980.
- SILVA, Clarinda Aparecida da. *Goiânia(s): representações sociais e identidades*. 2012. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- SOUZA, Armênia Pinto. *Goiânia - A Saga dos Pioneiros*. Goiânia: Gráfica Oliveira, 1989.